Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018

Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios

Minas Gerais religious toponymy: the names of municipalities

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho
Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Ouro Branco, Ouro Branco, Minas Gerais / Brasil
anapaula.carvalho@ifmg.edu.br

Resumo: Adotando os pressupostos teórico-metodológicos da Toponímia, este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo toponímico dos 853 nomes de municípios de Minas Gerais, dos quais, sincronicamente, 103 – ou 12% do total – são nomes relativos à Nossa Senhora e aos santos e santas da Igreja Católica. Diacronicamente, entretanto, outros 329 municípios – 38,6% – já tiveram, ao longo de sua história, designações toponímicas dessa mesma natureza; alguns deles com mais de uma denominação como é o caso do município de Água Boa cujos topônimos anteriores já foram *São José da Água Boa* e *Santana da Água Boa*. Verificou-se, então, que os motivos para escolha do nome de um munícipio – acidente urbano –, além de observar legislação específica, pauta-se pela subjetividade coletiva e, muitas vezes, também por interesses políticos. Assim, muitos topônimos referentes aos municípios mineiros foram substituídos com o passar do tempo, sobretudo no que concerne aos mariotopônimos. Esses topônimos, no entanto, pelas reduções referentes aos títulos que acompanham a expressão *Nossa Senhora,* deixaram vestígios de sua origem religiosa em todo o território mineiro, o que pode ser observado pela quantidade considerável de denominações toponímicas atuais constituídas a partir dos determinantes *Carmo, Conceição e Dores*, por exemplo.

Palavras-chave: léxico; cultura; toponímia religiosa; Minas Gerais; municípios.

Abstract: Based on Toponymy theoretical and methodological assumptions, this paper aims to present a toponymic study of the 853 names of Minas Gerais municipalities, of which, synchronously, 103 - or 12% of the total - are names related to the Holy Mother (Virgin Mary) and the female and male saints of the Catholic Church. Diachronically,

eISSN: 2237-2083
DOI: 10.17851/2237-2083.26.3.1123-1150

however, another 329 municipalities – 38,6% – have had toponymic names of this same nature throughout their history; some of them with more than one denomination as, for example, the municipality of Água Boa whose previous toponyms have been *São José da Água Boa* (Saint Joseph of Água Boa) and *Santana da Água Boa* (Saint Anne of Água Boa). It was verified, then, that the reasons for choosing the name of a municipality – an urban accident –, besides observation of specific legislations, are guided by collective subjectivity and, many times, also by political interests. Thus, many toponyms referring to the Minas Gerais municipalities have been replaced with time, especially in what *mariotopônimos* (names based on the names for the Virgin Mary) are concerned. These toponyms, however, due to the reductions referring to the titles that accompany the expression Holy Mother / Our Lady, left traces of their religious origin throughout all of the territory of Minas Gerais; this can be observed by the considerable amount of current toponymic denominations constituted from the determinants *Carmo* (Carmel), *Conceição* (Conception) and *Dores* (Sorrows), for example.

Keywords: lexicon; culture; religious toponymy; Minas Gerais; municipalities.

Recebido em 10 de dezembro de 2017

Aceito em 07 de janeiro de 2018

1. Introdução

Como atividade social, a língua envolve todas as ações e pensamentos humanos, possibilitando ao indivíduo exercer influências ou ser influenciado pelo outro, desempenhar seu papel na sociedade, relacionar-se com os demais, participar na construção de conhecimentos e da cultura, enfim, permite-lhe se constituir como ser social, político e ideológico.

Partindo desse pressuposto, para compreender o papel da língua na vida da comunidade, é preciso ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas, como, por exemplo, o ato de nomear, em que se evidencia a importância da palavra e o seu papel como elemento revelador de aspectos socioculturais de um grupo humano.

De acordo com Biderman (1998, p. 81), a palavra é mais que uma forma de comunicação, visto que "por ser mágica, cabalística, sagrada, a palavra tende a construir uma realidade dotada de poder". Para ilustrar seu ponto de vista sobre o poder da palavra, a autora afirma que, nas numerosas tradições culturais dos homens, a linguagem surge com a palavra instituidora que abre ao ser o espaço para ele se manifestar. É, pois, desse modo, que o homem, desde o início dos tempos, vem fazendo uso das palavras para nomear todo o seu entorno: animais, plantas, pessoas, lugares etc.

Ao se referir à nomeação dos lugares, Dick afirma que o ato de nomear está diretamente relacionado aos valores, às ações e às reações do ser humano. Conforme a autora, as forças centrífugas e centrípetas do conjunto denominativo não são isoladas; são, pelo contrário, dependentes dos procedimentos que envolvem as atividades humanas e, nesse centro de influências e condicionantes, o homem se posiciona, no ato da nomeação, como protagonista. (DICK, 2010, p. 197)

Concebido como uma forma linguística que tem a função semântica de identificar um ponto concreto da geografia, individualizando-o, o nome próprio de lugar – *topônimo* – guarda íntima relação com o contexto histórico-político da comunidade, pois "sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida" (DICK, 1990, p. 105). Consiste, pois, no resultado da ação do nomeador que, ao realizar um recorte no plano das significações, por meio da designação de determinado acidente geográfico, registra o momento vivido pela comunidade.

Nessa perspectiva, nomes de lugar formados por nomes de origem religiosa, como os nome de santos, por exemplo, constituem um grupo especial de topônimos, uma vez que, nessas denominações, é possível perceber a comunhão de aspectos psicológicos do ser humano com a geografia e a paisagem.

No Brasil, o costume de atribuir aos lugares um nome de santo, que teve início na antiguidade cristã,[1] veio, ao longo dos séculos, sendo

[1] De acordo com Gonzalez (2001, p. 65), dar aos lugares o nome de um santo é um costume muito antigo. Remonta à segunda metade do século VI, quando as igrejas catedrais e paroquiais não tinham patrono, mas as igrejas particulares, basílicas e oratórios já eram normalmente erigidas em honra de um santo. Assim, o santo passava

passado de geração para geração e pode ser observado ainda nos dias atuais, "sendo possível até mesmo verificar-se a preferência regional pelo emprego sistemático de determinados santos e santas". (DICK, 2010, p. 187)

Em Minas Gerais, essa tendência denominativa também veio, ao longo dos séculos, sendo perpetuada pelas gerações e pode ser observada, com nitidez, na contemporaneidade, conforme mostrou o trabalho de doutorado de Carvalho (2014). Intitulada *Hagiotoponímia em Minas Gerais*, a pesquisa constituiu-se de um estudo descritivo – linguístico e cultural – da toponímia mineira, focalizando nomes de santos, nomes de santas e nomes de invocações à Virgem Maria que designam acidentes físicos e humanos nos 853 municípios do Estado.

Vinculado ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais –, o estudo contou com um Banco de dados de mais de 80 mil topônimos, dentre os quais 5649 topônimos de natureza religiosa foram analisados quantitativa e qualitativamente para que se verificasse a preferência regional pelo emprego sistemático dessas denominações em cada uma das doze mesorregiões mineiras. Além desses topônimos, que constituíram o *corpus* de dados contemporâneos, através da consulta a mapas dos séculos XVIII e XIX, construiu-se um segundo *corpus* de dados históricos, composto de 647 topônimos. Assim, por meio da análise comparativa, percebeu-se como o processo designativo a partir de topônimos religiosos se deu diacronicamente no Estado.

Desse modo, ao retomar os resultados da pesquisa de Carvalho (2014), este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo toponímico dos 853 nomes de municípios mineiros, dos quais, sincronicamente, 103 – ou 12% do total – são nomes relativos à Nossa Senhora e aos santos e santas da Igreja Católica. Ao longo de sua história, entretanto, outros 329 municípios – 38,6% – já tiveram designações toponímicas dessa mesma natureza; alguns deles com mais de uma denominação como é o caso do município de Água Boa cujos topônimos anteriores já foram *São José da Água Boa* e *Santana da Água Boa*.

---

a ser o símbolo da igreja e a lhe dar o nome, que posteriormente era atribuído também às terras e à freguesia que iam se organizando nos arredores do templo religioso.

2. A devoção aos santos e a Nossa Senhora no Brasil: uma herança portuguesa

A devoção fiel ao culto e à tradição da Igreja Católica, que sempre foi uma constante na nação ibérica, estendeu-se, à época dos descobrimentos e das conquistas ultramarinas, a todas as costas continentais e insulares aonde chegaram as embarcações lusas, como é o caso do Brasil.

> A fé cristã e Igreja Católica apareceram na costa brasileira, no raiar do século 16, pelas mãos do Padroado Português Ultramarino. Os portugueses que descobriram as terras brasileiras e que nela se estabeleceram, colonizando-a gradualmente, trouxeram também a sua fé cristã e transferiam para a colônia boa parte da organização eclesiástica que já tinham no reino, bem como aplicaram com grande desenvoltura o Regime de Padroado régio que devia ser introduzido nas terras ultramarinas de Portugal. A Igreja que nasce no Brasil no século 16 torna-se, a certo modo, uma extensão daquela Igreja Católica que existia em Portugal, com todas as suas características de expressar a fé cristã. (KUHNEN, 2005, p.25)

A respeito dessa influência, Chaves (1957, p.178) explica que os portugueses não podiam estabelecer um hiato histórico e de ação entre o que era nacional em Portugal e o que tinha de ser igualmente nacional para além do mar. Se as instituições metropolitanas foram o padrão da colonização e administração dos territórios ultramarinos e constituíam a força criadora dessa mesma atividade, era de esperar que toda a vida espiritual dos navegantes e colonizadores fosse transferida para as terras ultramarinas. Vale ressaltar que a religiosidade cristã portuguesa não se limitou ao século XVI, pelo contrário, foi se fortalecendo ainda mais no decorrer dos séculos. De acordo com Dias:

> (...) as aparições de Maria aos três pastorinhos de Fátima na cova de Iria (13/V/1917) provocaram um impacto na vida religiosa do povo português e estão na origem do revigoramento da fé e da prática católicas. Depois do fenómeno de Fátima, a história do catolicismo em Portugal tomou rumos mais sentidos e alargados, e a devoção a Nossa Senhora de Fátima tornou-se o catalizador da vida religiosa do nosso povo. Centro religioso da nação, as peregrinações multiplicaram-se, os milagres físicos e sobretudo morais, ali realizados, incentivaram a fé de muita gente, a vida

> cristã revigorou-se com as viagens da Virgem Peregrina pelo país e pelo mundo, e Portugal reencontrou-se como 'Terra de Santa Maria'. No contexto das nações cristãs, Portugal pode, por isso, cotar-se como o país mariano por excelência; e vem já do tempo dos Descobrimentos o seu contributo para a expansão do culto de Nossa Senhora para a África, Oriente e Brasil por meio dos missionários e colonos. (DIAS, 1987, p. 234-235)

Desse modo, devido à herança portuguesa, enraizada ancestralmente à religião cristã, a devoção à Nossa Senhora e aos santos, principalmente àqueles ligados ao Cristo e à Mãe de Deus, como São José, Santa Ana, São Joaquim, São João Batista e São Pedro, sempre mereceu carinho especial do povo brasileiro.

2.1 A devoção religiosa e o povoamento de Minas Gerais

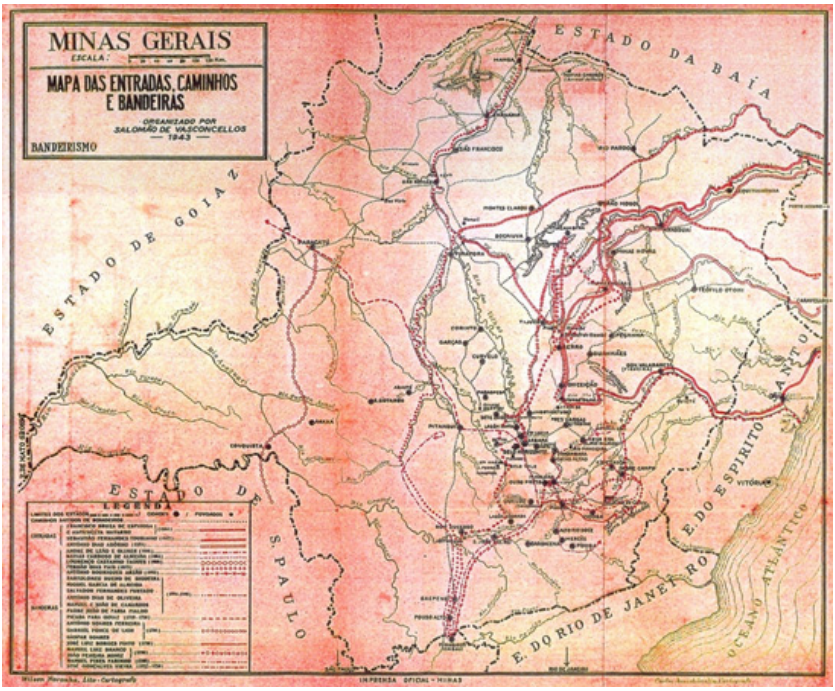
No que se refere às devoções trazidas para as terras brasileiras, os missionários e as ordens religiosas a que pertenciam merecem destaque, visto que, desde as primeiras embarcações portuguesas, o contingente desses religiosos sempre foi representativo: primeiro, na fase inicial da civilização brasileira, vinham para evangelizar os indígenas; depois, vinham com finalidades missionárias ou educativas. Nessa perspectiva, as associações religiosas exerceram grande influência na origem e difusão das devoções no Brasil.

Em território mineiro, destacam-se os padres carmelitas que participaram do início do povoamento do estado, uma vez que a atual cidade de Mariana, primeiro núcleo povoado em Minas, foi fundada sob a proteção de Nossa Senhora do Carmo, no final do século XVII e início do século XVIII.

Nas Minas Gerais no século XVIII, religiosidade, sociabilidades e irmandades se (con)fundem e se interpenetram. Com efeito, se as cerimônias religiosas foram e são forma de convívio social e de sociabilidade naquele contexto, tal assertiva se revelou de maneira exemplar. Nele, limitadas as ações da Igreja Católica pela Igreja Portuguesa, as irmandades foram as promotoras dos ofícios e das celebrações, dentro e fora dos templos, também por elas edificados e mantidos. Vale dizer desde logo que as irmandades se apresentaram, então, como força auxiliar, complementar e sucedânea da Igreja Católica. (BOSCHI, 1986, p. 59)

Nesse período, várias devoções que até então estavam restritas ao litoral começaram a se espalhar pelo interior do país por meio da migração do pastoreio ao longo do rio São Francisco, das "Entradas" e posteriormente das "Bandeiras". É a época do início da mineração de ouro e diamantes nos rios e morros mineiros, em que, sob as mais diversas invocações, numerosos templos religiosos foram construídos, sobretudo nas cidades consideradas históricas, como Mariana, Ouro Preto e Sabará, primeiras vilas do estado. No mapa, a seguir, são enumeradas as principais bandeiras que passaram por Minas Gerais.

FIGURA 1 – Mapa das Entradas, Caminhos e Bandeiras em Minas Gerais



Fonte: Vasconcelos, 1944, p. 345.

Ao observar o mapa de Vasconcelos (1944), percebe-se que, seguindo os cursos dos rios, e, por extensão, de seus afluentes, várias foram as bandeiras que passaram pelo território mineiro, no início de seu povoamento. Destaca-se, entre elas, a de Fernão Dias Paes que, em 21 de julho de 1674, ao partir de São Paulo, marcou o início da história de Minas.

A "bandeira das esmeralda" não encontrou as pedras tão procuradas, mas foi grandiosa como descobridora do território do atual Estado de Minas Gerais. Criou feitorias, pousos com plantações de roças de milho e de mandioca, porcos e aves, para sustento dos homens da bandeira. Em cada feitoria, deixava um capitão com alguns soldados, além de uns negros e negras, nome com que designavam os índios. Dessas feitorias algumas desapareceram, outras chegaram até nossos dias. Seguindo os caminhos abertos por Fernão Dias Paes (1674-1681), o bandeirante taubetano Antônio Rodrigues Arzão descobre a primeira jazida de ouro nos sertões das Minas Gerais, em 1692 ou 1693. Segundo Diogo de Vasconcelos, após breve estada em Itaverava, Arzão alcança a Serra do Guarapiranga de onde, pela manhã, avista os píncaros agudos de "Arrepiados". Afirma ainda que, em razão da luz oriental, supôs mais próxima a serra. Seguindo, então em sua direção, encontra o rio Piranga.

> (...) Em meados de 1694 Bartolomeu Bueno e Carlos Pedroso da Silveira, este último companheiro de Arzão, descobriram ouro na serra de Itaverava e remeteram amostras para o Rio de Janeiro. Com a escassez de alimentos, Bartolomeu Bueno divide seus homens, deixando alguns homens sob o comando do capitão Miguel Garcia de Almeida e Cunha, cuidado das plantações de milho, e segue com outros em direção ao rio das Velhas. Enquanto aguardava a produção de lavouras, Miguel Garcia fez algumas incursões, chegando a alcançar o rio Gualaxo do Sul, em cujo leito descobriu sinais de ouro. (SEABRA, 2000, p. 108-110)

Diante do exposto pela autora, nota-se que, em relação às expedições realizadas pelos bandeirantes paulistas ao atual território de Minas Gerais, a maioria delas partia sem qualquer outro interesse a não ser o da descoberta de ouro e pedras preciosas. Em outros termos, estes desbravadores não tinham a intenção de se fixar nas terras, povoando-a, sendo que o primeiro povoamento, como mencionamos anteriormente, só acontece, então, quando, entre os anos de 1695 e 1696, o bandeirante taubateano Salvador Fernandes Furtado, à frente de bandeira numerosa, descobriu ricas jazidas no ribeirão do Carmo e ali se estabeleceu. Surge aí um povoado que foi elevado à categoria de vila – a primeira das Minas Gerais – a Leal Vila do Ribeirão do Carmo.

Outra bandeira que também merece destaque no povoamento mineiro é a que foi chefiada por Antônio Dias de Oliveira, que tinha

por companheiro o padre José de Faria Fialho. Essa expedição chegou à região onde hoje é a cidade de Ouro Preto no dia 24 de junho de 1698, quando foi rezada uma missa no morro que recebeu a denominação de São João. Ergueu-se, nesse morro, ainda no século XVII, a capela em honra de São João Batista. Assim que eles ali se estabeleceram, foram construídas simultaneamente, por Antônio Dias e pelo padre Faria, as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e do Bom Sucesso, esta última, depois de reconstruída, passou a ser dedicada à Virgem do Rosário.

Devido ao êxito das novas descobertas auríferas, os exploradores formaram o arraial, núcleo da futura cidade Ouro Preto, em torno da matriz de Nossa Senhora do Pilar. Além das invocações mencionadas, pertencem ao início do século XVIII os templos mineiros com os oragos de Nossa Senhora da Piedade, Santa Ana, São Sebastião e Santa Quitéria.

Patrocinada pela Igreja e pelos soberanos portugueses, a arte barroca, incrementada pelas riquezas da região, valorizou temas dramáticos, propagando o culto aos sofrimentos de Maria: Nossa Senhora das Dores, da Soledade, das Angústias, às santas penitentes Maria Madalena e Maria Egipcíaca e, principalmente, aos mártires da primitiva igreja cristã, como Santo Estêvão, Santa Luzia, Santa Bárbara e Santa Cecília.

Os negros também tinham suas predileções religiosas, especialmente pelas padroeiras dos cativos africanos, Nossa Senhora do Rosário e da Lampadosa, e pelos santos de sua cor, como Nossa Senhora da Aparecida, São Benedito, São Baltasar, Santo Elesbão e Santa Ifigênia. Em geral, esses santos negros eram mais venerados pelos pretos forros, criados das casas-grandes dos engenhos ou das fazendas de café, pois os escravos preferiam aqueles sincretizados como os orixás africanos, como Nossa Senhora da Conceição, das Candeias, São Jorge, São Lázaro, São Jerônimo, Santa Bárbara, Santa Ana, os cultuados gêmeos Cosme e Damião, cuja pele branca não atraía a atenção dos senhores no período colonial.

Cumpre ressaltar ainda a forte presença do culto à Maria em todo o território mineiro como uma devoção firme a Nossa Senhora, trazida para o Brasil pelos portugueses e que se difundiu também entre os afrodescendentes. Trata-se, segundo Torres (s/d, p.643), de uma velha tradição portuguesa, em respeito e veneração à Dona Maria I, rainha de Portugal, que se tornaria frequente em Minas Gerais com o advento da casa de Bragança e que se revelaria na profusão de santuários mariais,

alguns das mais poéticas inspirações – Nossa Senhora Mãe dos Homens (Caraça), Nossa Senhora da Boa Viagem (Belo Horizonte), e outros.

É interessante observar, nesse contexto, a grande quantidade de igrejas dedicadas a Nossa Senhora da Conceição em Minas Gerais. A explicação talvez seja a reação da Contrarreforma aos seguidores de Lutero, que não aceitavam o dogma da Conceição Imaculada de Maria e também devido à consagração do reino português à Virgem Imaculada, efetuada por D. João IV. Quanto aos santos, o mais popular era Santo Antônio, por sua origem lusitana. (MEGALE, 2002, p. 238)

Face ao exposto, podemos afirmar que, em território mineiro, a presença da religiosidade cristã, refletida na devoção à Maria e aos santos, desde o início de seu povoamento, é considerada algo marcante e pode ser observada, dentre outras formas, pela presença das associações religiosas, como as irmandades, por exemplo, que, ao atuarem no surgimento dos primeiros núcleos populacionais, por meio de oragos, deixaram marcas na toponímia em diversas regiões do estado, sobretudo, naquelas que se situavam no caminho dos bandeirantes, conforme pontua Megale:

> A toponímia na trilha das bandeiras documenta a presença desses religiosos: se o comando era de carmelitas, os núcleos habitacionais que surgiam perpetuavam a lembrança do orago de Nossa Senhora do Carmo; se o comando era de franciscanos, no de São Francisco, e assim com outras ordens da mesma maneira, os oragos marcam sua passagem. Lá onde o povoado é novo, o nome religioso o inaugura, se havia uma designação indígena o novo nome religioso a substitui. (MEGALE, 2000, p. 22)

Nessa perspectiva, observa-se que a devoção religiosa deixa o seu rastro não só nos textos litúrgicos e templos religiosos, mas, sobretudo, no espaço geográfico, pela nomeação dos acidentes físicos e humanos, reforçando assim a sua dimensão histórica e sociocultural.

3. Marcas da religiosidade no espaço geográfico

O costume de dar aos lugares o nome de um santo é muito antigo. Conforme Gonzalez (2001, p. 65), remonta à segunda metade do século VI, quando as igrejas catedrais e paroquiais não tinham patrono, mas as igrejas particulares, basílicas e oratórios já eram normalmente erigidas em honra de um santo. Assim, o santo passava a ser o símbolo da igreja

e a lhe dar o nome, que posteriormente era atribuído também às terras e a freguesia que iam se organizando nos arredores do templo religioso.

Desse modo, esse costume, que teve início na antiguidade cristã, veio, ao longo dos séculos, sendo perpetuado pelas gerações e pode ser observado, com nitidez, ainda nos dias atuais, isto porque "os nomes de lugar são como a 'viva voz' das pessoas, povos ou grupos desaparecidos, transmitidos de geração em geração, de boca em boca." Assim, o topônimo "é propriedade de ninguém e, ao mesmo tempo, de todo mundo". Integra, de algum modo, a memória coletiva de um povo, na medida em que, como um meio de comunicação, "testemunha o contexto de sua origem e revela as transformações de um povo". (MENÉNDEZ PIDAL, 1952, p. 4 *apud* CARVALHO, 2012, p. 29)

Os nomes de lugar formados por nomes de santos constituem, nessa perspectiva, um grupo especial de topônimos em que se percebe com clareza a comunhão de aspectos psicológicos do ser humano com a geografia e a paisagem:

> São muitas as localidades que se honram de ser chamadas com o seu patrono e os oragos estão vivos no imaginário popular até ao ponto de existir com eles um trato igualitário e fraternal: o santo está na igreja mas é um vizinho como outro qualquer a quem pedir favores e a quem se convida a participar das alegrias e das tristezas. Quando o santo dá nome à freguesia será por ter sido capaz de ganhar o apreço dos seus covizinhos, salvando-os das calamidades e acompanhando-os nos bons e maus momentos de suas vidas. (GONZALEZ, 2001, p. 63)

Surgem aí os hagiotopônimos, vocábulo constituído dos elementos gregos hagios (santo), topos (lugar) e onoma (nome).

> O esquema linguístico é sempre o mesmo: um hagiônimo (nome de santo) serve de determinante a um nome comum que exprime a noção de núcleo populacional: lugar, vila, aldeia, etc. Este pode passar a ser apenas subentendido, dizendo-se (villa) sancti Martini com omissão do primeiro termo, ou mais tarde, depois da queda em desuso do genitivo, no lugar de vila de S. Martinho, simplesmente S. Martinho. O genitivo latino, que deu lugar a um conjunto numeroso de topônimos peninsulares, constitui um testemunho seguro da antiguidade dos núcleos populacionais, e também do culto aos respectivos santos. (GONZALEZ, 2001, p. 65)

No âmbito dos estudos toponímicos, diversos estudos têm mencionado a influência da devoção aos santos e à Virgem Maria na nomeação dos acidentes geográficos, evidenciando, assim, o fato de que, venerados, desde os primeiros tempos da Igreja, como modelos de vida cristã e invocados como intercessores diante de Deus, os santos e, também, as diversas invocações marianas marcaram a história do cristianismo e, ainda hoje, são representativos em diversas esferas da sociedade. "Encontramo-los na piedade popular, nas devoções e no culto litúrgico, nos nomes de batismo das pessoas e nos nomes de lugares, nas tradições dos povos e no folclore, nas lendas e nos provérbios, na arte e na literatura". Fazem parte "do patrimônio religioso da humanidade, assim como do seu patrimônio cultural" (DAIX, 2000, p. 11).

4. Procedimentos metodológicos

Orientado pelos pressupostos teóricos dos estudos do léxico que se fundamentam na inter-relação língua, cultura e sociedade (SAPIR, 1961; MATORÉ, 1953) e focalizando os nomes de municípios, este trabalho constitui um recorte da pesquisa de Carvalho (2014), em que se observou, por meio de uma análise diacrônica, como ocorreu o processo designativo a partir de topônimos religiosos em Minas Gerais.

Para tanto, adotando-se o conceito de cultura de Duranti (2000) e os princípios da ciência onomástica – Dauzat (1926) e Dick (1990a, 1990b, 2004 e 2006) –, a pesquisa contou com dois corpora: o primeiro, que foi obtido a partir da consulta ao Banco de dados do Projeto Atemig, composto de 5649 topônimos; e o segundo, que foi organizado por meio da consulta a mapas dos séculos XVIII e XIX que integram o trabalho Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província, organizado por Costa *et al*. (2002) , constituído de 647 topônimos.

Neste trabalho, entretanto, foram considerados apenas os dados contemporâneos, isto porque, como nem sempre foi possível identificar nos mapas consultados, o tipo de acidente geográfico não foi considerado nos dados históricos. Nessa perspectiva, foram observados apenas os nomes de municípios documentados em cartas topográficas – fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000 – que constituem o banco de dados do projeto Atemig.

De acordo com Dick (1990a, p. 311), os hagiotopônimos constituem uma subdivisão dos hierotopônimos, taxe toponímica

referente aos nomes sagrados de diferentes crenças. Essa terminologia difere, em certa medida, daquela usada na Espanha por Luís Lopes Santos que define hagiotopônimo "como todo vocábulo do léxico religioso convertido em topônimo, isto é, vinculado ao geográfico e convertido em nome de lugar".

A autora reconhece a divergência e esclarece que isso não invalida a classificação brasileira, "trata-se, tão somente, de uma inversão de conceitos: o que para um, é visto sob uma perspectiva particularizante, para o outro é percebido sob um caráter global e abrangente, o que, em absoluto, não desnatura a substância de conteúdo dos elementos pesquisados" (DICK, 1990a, p. 311).

Retomando a explicação de Dick (1990b, p. 33) para a classificação toponímica dos nomes religiosos, observa-se que, além se referir aos i) aos nomes sagrados de diferentes crenças; ii) às efemérides religiosas; iii) às associações religiosas; iv) aos locais de cultos, os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: v) hagiotopônimos - topônimos relativos aos santos e santas do hagiológio romano e vi) mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas. Desse modo, em relação às outras 26 taxes propostas pela autora, os hierotopônimos constituem uma taxe mais complexa por reunir, dentro do campo semântico dos nomes sagrados, as seis categorias distintas de topônimos relacionadas.

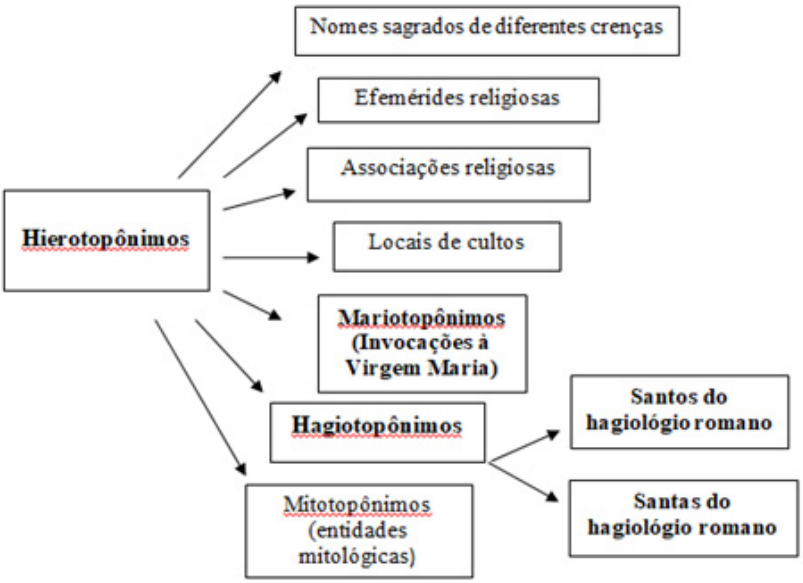
Neste estudo, adotou-se a terminologia de Dick, isto é, consideramos hagiotopônimos apenas os nomes de lugar que se referem aos santos e santas do hagiológio romano e não qualquer vocábulo do léxico religioso.

No que se refere aos topônimos relativos a Nossa Senhora, vale dizer que tais denominações vêm sendo classificadas, nos estudos toponímicos, de forma diversa, ora como hagiotopônimos – Castiglioni (2008), Zamariano (2010) e Carvalho (2012) – ora pelo hiperônimo, isto é, como hierotopônimos – Seabra (2004), Carvalhinhos (2005), Ananias (2013) – assim como foi proposto por Dick (1990b, p. 33).

Por não serem constituídas pela estrutura linguística dos hagiotopônimos – qualificativo (são/santo(a)) + antropônimo (prenome) –, as denominações toponímicas referentes a invocações à Virgem Maria foram classificadas em Carvalho (2014) como mariotopônimos, o que se justifica pela orientação do modelo taxionômico de Dick. Entretanto, em virtude do fato de que, conforme Dias (1987, p. 228) os diversos títulos de Nossa Senhora surgiram, na Idade Média, a partir do hagiônimo *Santa*

Maria, os mariotopônimos foram considerados como uma subdivisão dos nomes de santas do hagiológio romano – hagiotopônimos femininos, o que não foi feito neste trabalho. Ao nosso ver, justamente pela explicação linguística supracitada, tais denominações não poderiam figurar como uma subdivisão dos hagiotopônimos femininos. Nessa perspectiva, diferentemente do que foi feito em 2014, assim como os hagiotopônimos e os mitotopônimos, os mariotopônimos deveriam ser considerados como mais uma das subdivisões da taxe dos hierotopônimos proposta por Dick (1990b, p. 33), conforme está representado na figura 2, a seguir:

FIGURA 2 – A taxe hierotopônimos e suas subdivisões



Fonte: CARVALHO (2014, p. 89 – Adaptado).

5. Análise dos dados

A partir da consulta ao banco de dados do Projeto Atemig, que se constitui, por ora, de mais de 80 mil topônimos coletados em mapas contemporâneos de Minas Gerais, Carvalho (2014) focalizou, em sua pesquisa, apenas os nomes de lugar de natureza religiosa relativos às

invocações de Nossa Senhora e aos santos e santas do hagiológio romano, que constituem 5649 ocorrências dos topônimos que integram o banco de dados.

Verificou-se, então, que, representando apenas 6,5% do total de topônimos do Estado, esses topônimos de origem religiosa parecem não constituir a taxe predominante em Minas Gerais. Entretanto, no cômputo geral dos dados do Atemig, em que se observa, para cada mesorregião, o número de ocorrências de cada uma das 27 taxes propostas por Dick (1990b), verifica-se que, dentre as taxionomias de natureza antropocultural, os hagiotopônimos aparecem com destaque em todas elas, figurando entre o 1º e o 5º lugar.

A mesorregião Zona da Mata, por exemplo, sobressai em relação às demais, já que os nomes dessa taxe aparecem em 1º lugar. Quanto às demais mesorregiões, observa-se que tais denominações religiosas aparecem em 2º lugar, no Vale do Mucuri, no Vale do Rio Doce, no Noroeste de Minas e no Sul e Sudoeste de Minas; em 3º lugar, no Jequitinhonha e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; em 4º lugar, nas mesorregiões Central Mineira e Norte de Minas; e em 5º lugar, nas mesorregiões Campo das Vertentes, Metropolitana de Belo Horizonte e Oeste de Minas.

Após serem identificados, esses topônimos foram analisados a partir da observação de três categorias onomásticas, quais sejam: os nomes de santos, os nomes de santas e os nomes de invocações da Virgem Maria a que chamamos de mariotopônimos.

Constatou-se, então, que os nomes de santos são predominantes em território mineiro, como se pode verificar: de um total de 5649 topônimos, 3801 são dessa categoria onomástica, perfazendo um total de 67,3% do total de nomes, ao passo que os nomes de santas são representados por 1658 ocorrências ou 29,3% dos dados. Os nomes relativos a invocações da Virgem Maria, por sua vez, figuram, no léxico toponímico do Estado, com um número bem mais reduzido, visto que foram quantificadas apenas 190 ocorrências de mariotopônimos, o que representa 3,4% do total de hagiotopônimos analisados.

5.1 Os nomes dos municípios mineiros

Minas Gerais é o estado brasileiro que apresenta maior número de municípios. São 853. Desses, atualmente, apenas 103 – o que representa 12% do total – possuem denominações toponímicas referentes

a invocações de Nossa Senhora e a nomes de santos e santas da Igreja Católica, conforme está enumerado no quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – Municípios mineiros, sincronicamente, com nomes de santos, santas e nomes de Nossa Senhora

Municípios mineiros com denominações relativas à devoção religiosa		
Nomes de santos	**Nomes de santas**	**Nomes de invocações a Nossa Senhora**
1. Santo Antônio do Amparo	1. Santa Bárbara	1. Madre de Deus de Minas
2. Santo Antônio do Aventureiro	2. Santa Bárbara do Leste	2. Senhora de Oliveira
3. Santo Antônio do Grama	3. Santa Bárbara do Monte Verde	3. Senhora do Porto
4. Santo Antônio do Itambé	4. Santa Bárbara do Tugúrio	4. Senhora dos Remédios
5. Santo Antônio do Jacinto	5. Santa Efigênia de Minas	5. Virgem da Lapa
6. Santo Antônio do Monte	6. Santa Helena de Minas	
7. Santo Antônio do Retiro	7. Santa Juliana	
8. Santo Antônio do Rio Abaixo	8. Santa Luzia	
9. Santo Hipólito	9. Santa Margarida	
10. São Bento Abade	10. Santa Maria do Itabira	
11. São Brás do Suaçuí	11. Santa Maria do Salto	
12. São Domingos das Dores	12. Santa Maria do Suaçuí	
13. São Domingos do Prata	13. Santa Rita de Caldas	
14. São Félix de Minas	14. Santa Rita de Minas	
15. São Francisco	15. Santa Rita Ibitipoca	
16. São Francisco de Paula	16. Santa Rita do Itueto	
17. São Francisco de Sales	17. Santa Rita do Jacutinga	
18. São Francisco do Glória	18. Santa Rita do Sapucaí	
19. São Geraldo	19. Santa Rosa da Serra	
20. São Geraldo da Piedade	20. Santana da Vargem	
21. São Geraldo do Baixio	21. Santana de Cataguazes	
22. São Gonçalo do Abaeté	22. Santana de Pirapama	
23. São Gonçalo do Pará	23. Santana do Deserto	
24. São Gonçalo do Rio Abaixo	24. Santana do Garambéu	
25. São Gonçalo do Rio Preto	25. Santana do Jacaré	
26. São Gonçalo do Sapucaí	26. Santana do Manhuaçu	
27. São Gotardo	27. Santana do Paraíso	

28. São João Batista do Glória	28. Santana do Riacho	
29. São João da Lagoa	29. Santana dos Montes	
30. São João da Mata		
31. São João da Ponte		
32. São João das Missões		
33. São João Del-Rei		
34. São João do Manhuaçu		
35. São João do Oriente		
36. São João do Pacuí		
37. São João do Paraíso		
38. São João Evangelista		
39. São João Nepomuceno		
40. São Joaquim de Bicas		
41. São João do Oriente		
42. São José da Barra		
43. São José da Lapa		
44. São José do Jacuri		
45. São José do Mantimento		
46. São José da Safira		
47. São José da Varginha		
48. São José do Alegre		
49. São José do Divino		
50. São José do Goiabal		
51. São Lourenço		
52. São Miguel do Anta		
53. São Pedro da União		
54. São Pedro do Suaçuí		
55. São Pedro de Ferros		
56. São Romão		
57. São Roque de Minas		
58. São Sebastião da Bela Vista		
59. São Sebastião da Vargem Alegre		
60. São José Sebastião do Anta		
61. São Sebastião do Maranhão		

62. São Sebastião do Oeste		
63. São Sebastião do Paraíso		
64. São Sebastião do Rio Preto		
65. São Sebastião do Rio Verde		
66. São Tiago		
67. São Tomás de Aquino		
68. São Tomé das Letras		
69. São Vicente de Minas		

Fonte: Elaboração própria.

Vale ressaltar, entretanto, que, de acordo com IGA/ALMG (1997) na obra "As denominações urbanas de Minas Gerais", além dos municípios enumerados, outros 329 (38,6%) já tiveram, em algum momento de sua história, denominação motivada pela devoção à Nossa Senhora e aos santos da Igreja Católica. O quadro 2, a seguir, traz uma amostra (10%) desses municípios.

QUADRO 2 – Municípios mineiros com denominações anteriores referentes a nomes de santos, santas e invocações a Nossa Senhora

Toponômio Atual	Denominação(ções) Anterior(es)
Abadia dos Dourados	Nossa Senhora da Abadia.
Abaeté	Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada
Acaiaca	São Gonçalo do Ubá.
Água Boa	São José da Água Boa / Santana da Água Boa
Águas Formosas	São José das Águas Belas.
Alagoa	Nossa Senhora do Rosário da Alagoa da Aiuruoca.
Além Paraíba	São José de Além-Paraíba
Alfenas	São José de Alfenas / São José de Dores dos Alfena
Almenara	São João da Vigia
Alpinópolis	São Sebastião da Ventania
Alterosa	São Joaquim da Serra Negra
Alto Rio Doce	São José do Xopotó
Alvinópolis	Nossa Senhora do Rosário de Paulo Moreira
Amparo da Serra	Nossa Senhora da Conceição do Amparo do Serra
Andrelândia	Nossa Senhora do Porto do Turvo / Nossa Senhora da Conceição do Porto da Salvação

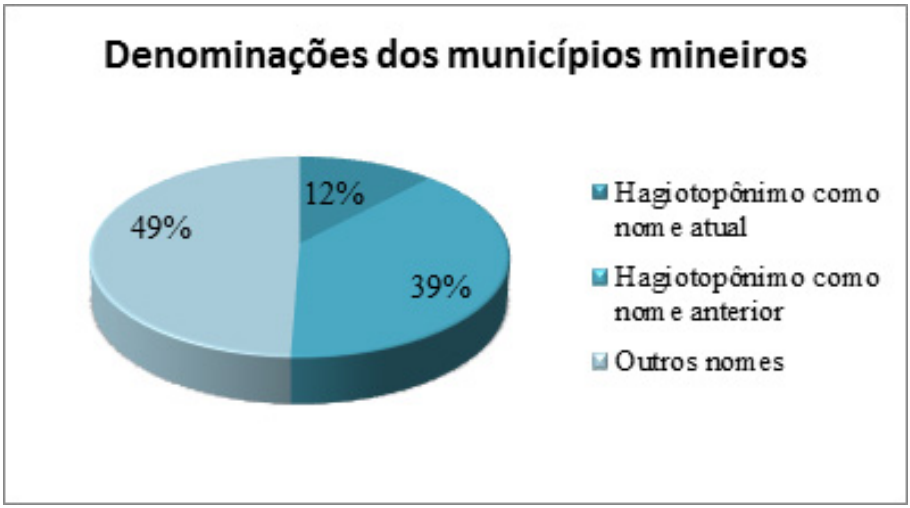
Alvorada de Minas	Santo Antônio do Rio do Peixe
Araponga	São Miguel e Almas dos Arrepiados / São Miguel do Araponga
Barão de Cocais	São João Batista do Morro Grande / São João do Morro Grande
Barbacena	Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo
Barra Longa	São José da Barra do Gualaxo / São José da Barra Longa
Boa Esperança	Nossa Senhora das Dores do Pântano
Bom Despacho	Senhora do Bom Despacho do Picão
Bom Repouso	São Sebastião e São Roque do Bom Retiro
Botelhos	São José dos Botelhos
Brasília de Minas	Santana das Contendas
Carmo do Cajuru	Nossa Senhora do Carmo do Cajuru
Carmo do Paranaíba	Nossa Senhora do Carmo
Carmo da Mata	Nossa Senhora do Carmo da Mata
Carrancas	Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande / Nossa Senhora da Conceição das Carrancas
Cataguases	Santa Rita do Meia Pataca
Cássia	Santa Rita / Santa Rita de Cássia
Chácara	São Sebastião da Chácara
Chalé	São Domingos / São Domingos do Rio Jose Pedro São Domingos do José Pedro
Chiador	Santo Antônio / Santo Antônio do Chiador
Cipotânea	São Caetano / São Caetano do Xopotó / Xopotó.
Coimbra	São Sebastião de Coimbra
Coluna	Santo Antônio da Coluna
Comendador Gomes	São Sebastião das Areias
Conceição da Barra de Minas	Nossa Senhora da Conceição da Barra
Conceição do Rio Verde	Nossa Senhora da Conceção do Rio Verde
Conceição dos Ouros	Nossa Senhora da Conceição dos Ouros
Congonhal	São José do Congonhal
Conselheiro Lafaiete	Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós
Consolação	Santana do Capivari
Curvelo	Santo Antônio da Estrada / Santo Antônio do Curvelo
Desterro de Entre- Rios	Capela Nova do Desterro / Nossa Senhora do Desterro de Entre-Rios
Diogo de Vasconcelos	São Domingos
Dionísio	São Sebastião de Dionísio.
Divinolândia de Minas	Nossa Senhora da Glória de Guanhães

Dom Joaquim	São Domingos do Rio do Peixe
Dom Silvério	Nossa Senhora da Saúde
Dom Viçoso	Nossa Senhora do Rosário de Dom Viçoso
Dores de Guanhães	Nossa Senhora das Dores de Guanhães
Dores do Indaiá	Nossa Senhora do Indaiá / Nossa Senhora das Dores do lndaiá
Dores do Turvo	Nossa Senhora das Dores do Turvo
Doresópolis	Nossa Senhora das Dores das Perobas
Ouro Branco	Santo Antônio do Ouro Branco
Passa Vinte	Santo Antônio do Passa-Vinte
Piedade do Rio Grande	Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande / Arames
Piedade dos Gerais	Nossa Senhora da Piedade dos Gerais
Queluzito	Santo Amaro
Raposos	Nossa Senhora da Conceição de Raposos
Raul Soares	São Sebastião de Entre-Rios
Resende Costa	Nossa Senhora da Penha de França do Arraial da Laje
Ressaquinha	São José da Ressaquinha
Riacho dos Machados	Santo Antônio do Riacho dos Machados / Nossa Senhora do Riacho dos Machados
Rio Acima	Santo Antônio do Rio Acima
Rio Casca	Nossa Senhora da Conceição da Casca / Bicudos
Rio Manso	Santa Luzia do Rio Manso
Urucânia	Nossa Senhora do Bom Sucesso do Urucum
Virginópolis	Nossa Senhora do Patrocínio / Nossa Senhora do Patrocínio do Serro Nossa Senhora do Patrocínio de Guanhães

Fonte: Carvalho, 2014, p. 612-632. Adaptado.

Desse modo, considerando as denominações – anterior (12%) ou atual (38,6%) – têm-se 432 municípios que foram designados, em algum momento de sua história, por topônimos religiosos, o que equivale a 50,6% do total de 853 municípios, o que pode ser visualizado no gráfico 1 a seguir.

GRÁFICO 1 – Identificação de denominações hagiotoponómicas em municípios mineiros.



Fonte: Carvalho, 2014, p. 611.

Diante de tais informações, observamos que dos 432 municípios enumerados com denominações motivadas pela devoção religiosa – anterior ou atual –, 405 passaram por uma ou mais mudanças ao longo dos anos, o que equivale a 94% e apenas 27 deles mantiveram o nome original, o que corresponde a 6% do total. Enumeramos esses municípios, a seguir, com as respectivas datas de adoção do nome entre parênteses: *Santa Bárbara do Monte Verde* (1839)*, Santa Margarida* (1859)*, Santa Maria do Salto* (1948)*, Santa Rita do Jacutinga* (1835)*, Santo Antônio do Amparo* (1802)*, Santo Antônio do Rio Abaixo* (1708), *Santo Hipólito* (1910), São Brás do Suaçuí (1728), São Geraldo do Baixio (1944), são Gonçalo do Abaeté (1923), São Gonçalo do Rio Abaixo (1850), São João da Lagoa (1922), São João do Manhuaçu (1890), São João do Oriente (1925), São João Nepomuceno (1811), São Joaquim de Bicas (1836), São José da Barra (1876), São José do Jacuri (1852), São José da Varginha (1881), São José do Divino (1948), São Pedro da União (1870), São Pedro dos Ferros (1849), São Sebastião da Bela Vista (1874), São Sebastião do Paraíso (1853), São Tiago (1802), São Tomás de Aquino (1887), São Thomé das Letras (1770).

Observa-se que a maioria desses municípios receberam as designações que preservam até os dias atuais entre os séculos XVIII e

XIX, período anterior aos decretos-lei que previam a regulamentação toponímica dos municípios brasileiros, que datam do século XX, mais precisamente de 1938 e 1943. Esses decretos, em resumo, condenam a existência de nomes repetidos para municípios e desaconselham a adoção de topônimos designados por meio de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas e expressões com mais duas palavras; recomendando ainda a adoção de nomes indígenas com propriedades locais. (COSTA, 1970, p. 30-31)

No que se refere aos casos de mudanças toponímicas, vale dizer que adotamos a metodologia proposta por Dauzat (1926, p. 45) e utilizada por Seabra (2004), que caracteriza as substituições dos topônimos de duas maneiras distintas, quais sejam: i) *mudança espontânea* – aquela que se dá na língua após invasões ou conquistas de um território, podendo, pois ocorrer tanto por substituição total dos itens léxicos quanto por substituição parcial – e ii) *mudança sistemática* – é aquela, que independente de conquistas, evoca em geral o nome de um soberano ou autoridades de uma região e é imposta com o objetivo de homenagear alguém.

Sob esse enfoque, as denominações dos 405 municípios que sofreram alterações ao longo do tempo assim se dividem: 42 que passaram por mudança sistemática, o que corresponde a 10%, e 363 que passaram por mudança espontânea, correspondendo a 90 % dos nomes.

Dentre os casos de mudança sistemática podem ser citados, a título de exemplo: *Comendador Gomes < São Sebastião das Areias*; *Diogo de Vasconcelos < Vasconcelos < São Domingos; Heliodora < Santa Isabel dos Coqueiros < Santa Isabel*; *João Pinheiro < Alegres < Santana dos Alegres* e *Senador Cortes < Monte Verde < São Sebastião do Monte Verde.*

Quanto às mudanças espontâneas, há 106 casos de substituição total dos itens léxicos, ou 29%, e 258 casos de substituição parcial, 71%. Estes últimos caracterizam-se, geralmente, pelos casos de redução ou elipse.[2] São exemplos desse tipo de mudança espontânea: *Santana do Deserto < Nossa Senhora da Santana do Deserto;* São Geraldo < São Sebastião da Serra de São Geraldo*; Senhora do Porto < Porto de Guanhães < Nossa Senhora do Porto de Guanhães; Toledo < São José*

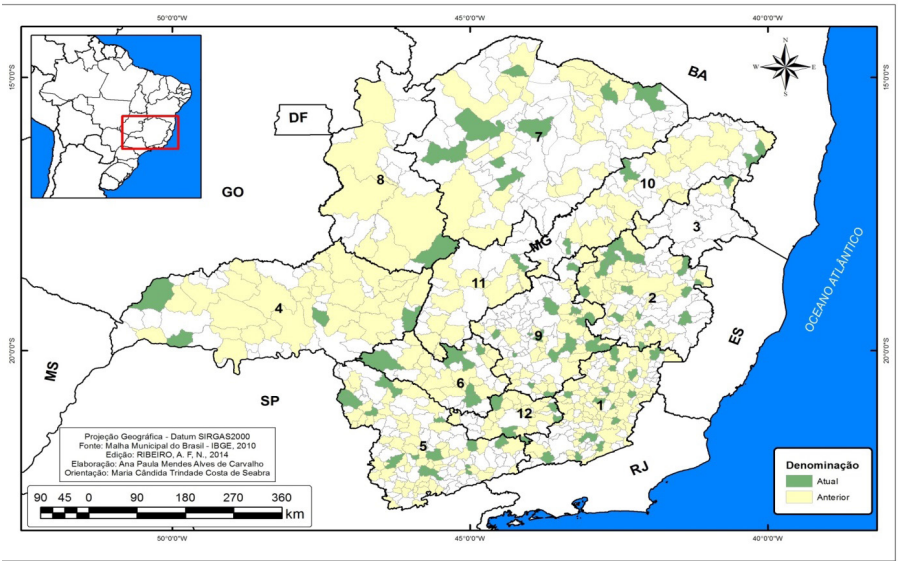
[2] Sobre a elipse em topônimos, afirma DAUZAT (1926, p. 59) "Il n'est pás nécessaire que ce composé soit encore compris: il suffit qu'un de sés éléments, généralement le premier, ait pris une place preponderante pour qu'il suffise à évoquer le lieu à lui Seul.[...]" E exemplifica: "Lutetia Parisiorum, civitas de Parisiis, puis Parisiis, Paris."

do Toledo < São José da Campanha do Toledo; e *Tombos < Tombos de Carangola < Nossa Senhora da Conceição dos Tombos.*

A mudança espontânea por substituição total dos itens léxicos pode ser observada, sobretudo, nos municípios que atualmente têm nomes de origem indígena, o que se deve à recomendação já mencionada do Decreto-lei de 1943 quanto à adoção de nomes indígenas com propriedade local (COSTA, 1970, p. 31). Citam-se, como exemplo: *Abaeté < Dores do Marmelada < Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada < Arraial Novo da Marmelada < Marmelada; Igaratinga < Santo Antônio do Rio São João Acima < Santo Antônio de São João Acima < São João Acima; Itutinga < Ponte Nova < Santo Antônio da Ponte Nova; e Piracema < Rio do Peixe < Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe.*

Explicitados os casos de mudanças toponímicas ocorridas nas denominações – atuais ou anteriores – dos 432 municípios mineiros, apresenta-se, na página seguinte, uma carta toponímica elaborada para demonstrar geograficamente a localização desses municípios, em que aqueles que mantêm em sua denominação atual um hagiotopônimo são representados em verde e aqueles que, algum momento de sua história, foram designados por esses nomes religiosos, em amarelo.

FIGURA 3 – Carta toponímica do índice de denominações religiosas em municípios mineiros



Fonte: Carvalho, 2014, p. 635.

Dentre as denominações mencionadas, os mariotopônimos merecem destaque, uma vez que, na atualidade, apenas cinco municípios são nomeados a partir de topônimos relativos às invocações de Nossa Senhora, quais sejam: *Madre de Deus de Minas, Senhora de Oliveira, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios e Virgem da Lapa.* Por outro lado, aqueles que apresentam essa taxe como denominações anteriores somam 110 ocorrências.

Essa redução significativa de ocorrências, como já foi mencionado, parece poder ser explicada pela adoção da legislação toponímica trazida pelo decreto-lei nº 5.901 de 21 de outubro de 1943 – que, na primeira metade do século XX, recomenda, entre outras coisas, a não adoção de topônimos compostos de mais duas palavras. Assim, os municípios mineiros atualmente denominados *Carmo do Cajuru*, *Conceição dos Ouros* e *Dores do Indaiá* foram, anteriormente, chamados de *Nossa Senhora do Carmo do Cajuru, Nossa Senhora da Conceição dos Ouros* e *Nossa Senhora das Dores do Indaiá*, respectivamente.

Convém ressaltar, entretanto, que, muito anterior a essa lei federal, o denominador, mesmo que de forma inconsciente, já tinha essa ideia da redução linguística, o que pode ser observado, por exemplo, na denominação do ribeirão, em torno do qual se deu o início do povoamento mineiro, que, mesmo sendo designado sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, recebeu apenas a forma específica *'do Carmo'*, constituindo, assim, um topônimo simples.

6. Considerações finais

Trazida pelos portugueses para o Brasil, no início do século XVI, a fé cristã e sua principal manifestação que é o culto aos santos foi ganhando extensão territorial, na medida em que se dava o povoamento das terras recém-descobertas. Enquanto fincavam cruzes e erguiam capelas para abrigar as diversas imagens de sua devoção, os desbravadores se apossavam do território, batizando-o, em sua língua e de acordo com a sua cultura.

É, pois, nesse contexto, que surgem os topônimos religiosos em território mineiro, mantendo-se, ao longo dos séculos, sobretudo, em acidentes rurais, como as fazendas e os córregos, cuja motivação denominativa prende-se exclusivamente à subjetividade individual do denominador e, por serem referências em propriedades particulares, as alterações toponímicas são mais raras.

Por outro lado, os motivos para escolha do nome de um munícipio – acidente urbano –, além de observar legislação específica, pauta-se pela subjetividade coletiva e, muitas vezes, também por interesses políticos. Assim, conforme demonstramos, na seção anterior, muitas denominações religiosas referentes aos municípios mineiros foram substituídas ao longo dos anos, principalmente no que concerne aos mariotopônimos.

Entretanto, esses topônimos, pelas reduções referentes aos títulos que acompanham expressão Nossa Senhora, deixaram vestígios de sua origem religiosa em todo o território mineiro, o que pode ser observado pela quantidade considerável de denominações toponímicas atuais constituídas a partir dos determinantes 'Carmo', 'Conceição' e 'Dores', por exemplo.

Diante do exposto, concluímos, então, que o costume de dar aos lugares um nome relativo à devoção aos santos sempre foi uma constante nos diversos períodos da história mineira, desde o início do povoamento até os dias atuais, o que se revela como um verdadeiro patrimônio sócio-linguístico-cultural.

Desse modo, ao encerrar este estudo, julgamos, pois, pertinente retomar os dizeres de Dick (1990b, p. 155) sobre a investigação toponímica relacionada à devoção religiosa:

> Talvez mais do que em qualquer outra das categorias onomásticas, será possível intuir, nesta, os estreitos vínculos que devem existir entre o denominador e o móvel da denominação, no caso, o acidente físico (rio, lago, montanha, etc.) ou humano (vila, cidade, região, ponte, etc.). O estudo dessa classe denominativa permite, pois, que se faça da ciência toponomástica um verdadeiro "capítulo da psicologia social", no consenso comum dos estudiosos que seguem a Dauzat, desde que o "sentir" e o "querer" de elementos isolados refletem, graças a processos introspectivos, o próprio comportamento comunitário.

Referências

ANANIAS, A. C. C. S. *Um passear pela toponímia das mesorregiões das mesorregiões de Toledo e Foz do Iguaçu.* 2013. 268f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, UEL, Londrina, 2013.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. In: MEGALE, H. (Org.). *Filologia e Linguística Portuguesa.* São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1998. n. 2, p. 81-118. Doi: https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118

BOSCHI, C. C. *Os leigos e o poder.* São Paulo: Ática, 1986. p. 71-167.

CARVALHINHOS, P. de J. Hierotoponímia Portuguesa. Os nomes de Nossa Senhora. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 2005, Rio de Janeiro. *Livro de Resumos e Prorrogação.* Rio de Janeiro: Cifefil, 2005. v. IX. p. 75-76.

CARVALHO, A. P. M. A. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 821f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2014.

CARVALHO, F. de A. *Entre a palavra e o chão*: memória toponímica da estrada real. 2012. 534f. Tese (Doutorado em Linguística) – FFLCH/USP, São Paulo, 2012.

CASTIGLIONI, A. C. *Glossário de topônimos do bolsão sul-mato-grossense.* 2008. 279f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Campo Grande, 2008.

CHAVES, Luís. *Influências religiosas na formação da Toponímia e Antroponímia em Portugal.* Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1957. Disponível em: <http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/oarqueologo/OAP_S2_v3_1956/OAP_S2_v3_1956_150dpi_pdf/p177-210/p177-210.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Ewald Friedrich; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais* – da Capitania à Província. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*: com estudo histórico da divisão administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1970.

DAIX, Georges. *Dicionário dos Santos*: do calendário romano e dos beatos portugueses. Lisboa: Terramar, 2000.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DIAS, Geraldo J. A Coelho. A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. *Historia: Revista da Faculdade de Letras*, n. 4, p. 227-256, 1987. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2061.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

DICK, M. V. P. A. Etnia e etinicidade. Um outro modo de nomear. Projetos ATESP/ATB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Org.). *As ciências do léxico*: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande (MS): Ed. UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. v. IV.

DICK, M. V. P. A. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. T. C. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.

DICK, M. V. P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *As Ciências do Léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: UFMS, 2004. v. II, p. 121-130.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira.* São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DURANTI, A. *Antropologia Linguística*. Trad. Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

GONZALEZ, J. D. Alguns nomes de santos, do latim ao galego-português. *Cad. Vianenses,* Universidade de Santiago de Compostela, v. 30, 63-79, 2001. Disponível em: <http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20081013125552.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 5 nov. 2010.

IGA/ALMG. *As denominações urbanas de Minas Gerais*: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. 2. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997.

KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil* – 1500-1522. Bauru: EDUSC, 2005.

MATORÉ, George. *La méthode em lexicologie.* Domaine Française. Paris: Didier, 1953.

MEGALE, N. B. *Santos do povo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEGALE, H. Bandeira e bandeirantes. In: _____. (Org.) *Filologia Bandeirante*. Estudos 1. São Paulo, Humanitas, 2000. p. 15-48.

MENÉNDEZ PIDAL, R. *Toponimia Prerrománica Hispánica*. Madrid: Gredos,1952

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*: a toponímia da região do Carmo. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFMG, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A rota das bandeiras no Estado de Minas Gerais: a região do Carmo. In: MEGALE, Heitor (Org.). *Filologia Bandeirante*. Estudos 1. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 107-112.

TORRES, J. C. O. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [s.d.]. v. 3.

VASCONCELOS, S. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

ZAMARIANO, M. *Estudo Toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses*: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências e Humanas, Londrina, 2010.